

Id:0471B0F2B5F8946F


 PREFEITURA DE  
**ANTÔNIO ALMEIDA**

 VALORIZANDO NOSSA GENTE  
 GABINETE DO PREFEITO

 PREFEITURA  
 CÂMARA DE VEREADORES  
 Antônio Almeida - PI  
 Recebido em: 15/05/2023  
 Assinatura

Ofício. n° 052/2023.


Antônio Almeida – PI, 15 de maio de 2023.

 Excelentíssimo Senhor  
 Vereador **FABIO CESAR MARTINS OLIVEIRA**  
 DD Presidente da Câmara Municipal de Antônio Almeida  
 Antônio Almeida - PI

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao que dispõe o § 2º, do Art. 129, Capítulo VII do Regimento Interno dessa Câmara Municipal de Vereadores, encaminho-lhe, anexo, texto da **LEI MUNICIPAL N° 343/2023**, de 15 de maio de 2023, de iniciativa do Poder Executivo, aprovada por essa Casa Legislativa em 1º e 2º turno por unanimidade dos vereadores, em **SESSÕES ORDINÁRIAS**, realizadas nos dias 28/04/2023 e 05/05/2023, respectivamente, conforme ofício n° 051/2023 de 09 de maio de 2023, e por mim sancionada, que **"INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-E, A DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS – DMS-E"** e dá outras providências.

Atenciosamente,

  
**MARCELO TOLEDO LAURINI**  
 Prefeito Municipal

 Prefeitura Municipal de  
**ANTÔNIO ALMEIDA**  
 CNPJ N° 06.554.018/00001-11  
 Praça Agostinho Varão, 57 - centro

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL N° 343/2023, de 15 de maio de 2023.

 Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica  
 – NFS-e, a Declaração Mensal de Serviços –  
 DMS-e e dá outras providências, nos termos  
 que especifica.

O Prefeito Municipal de **ANTONIO ALMEIDA - PI**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, documento gerado e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município, que deverá ser emitida *on line* por ocasião da prestação de serviços, após prévio credenciamento do contribuinte, conforme cronograma de início de obrigatoriedade, a ser estabelecido por ato do Secretário Municipal de Finanças.

**Parágrafo único.** Os prestadores de serviços, obrigados à emissão da NFS-e, que não realizarem o credenciamento e a emissão conforme o cronograma de início previsto no *caput* deste artigo, ficam sujeitos à multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), pelo não credenciamento ou por operação em que houve a falta de emissão, sem prejuízo do imposto devido.

**Art. 2º** No caso de eventual impedimento da emissão *on line* da NFS-e, o prestador de serviço emitirá Recibo Provisório de Serviços – RPS, utilizando o *software* disponibilizado pelo Município.

§ 1º O RPS deverá ser transmitido à Fazenda Municipal até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão, para fins de conversão em NFS-e.

§ 2º Mediante autorização da Fazenda Municipal, o prestador de serviços poderá emitir RPS em *software* próprio, desde que o faça para todas as suas prestações de serviços e efetue, diariamente, a transmissão em lote dos RPS emitidos para fins de conversão em NFS-e.

§ 3º A sistemática de emissão do RPS prevista no § 2º deste artigo não gera direito adquirido ao contribuinte por ela optante, podendo ser substituída, a qualquer tempo, pela Fazenda Municipal, caso não sejam atendidas as condições necessárias para a segurança da emissão deste documento fiscal.

§ 4º O RPS emitido perderá sua validade, para todos os fins de direito, depois de transcorrido o prazo para sua conversão em NFS-e, sendo considerado documento inidôneo.

§ 5º A não conversão do RPS em NFS-e, ou a sua conversão fora do prazo, sujeitará o prestador de serviços à multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) independentemente do pagamento do imposto.

**Art. 3º** O contribuinte obrigado à emissão da NFS-e, que possuir Notas Fiscais de Serviços não utilizadas em blocos ou em formulários contínuos, não poderá mais emití-las e deverá devolvê-las à Fazenda Municipal para fins de inutilização.

§ 1º A devolução das Notas Fiscais de Serviços, prevista no *caput* deste artigo, deverá ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de início da obrigação da emissão da NFS-e pelo contribuinte.

§ 2º O não cumprimento da obrigação prevista no *caput* deste artigo, dentro do prazo estabelecido no § 1º, sujeita o obrigado à multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) independentemente do pagamento do imposto.

§ 3º Os prestadores de serviço que utilizam notas fiscais de uso misto, destinadas à venda de mercadorias e serviços, devem utilizá-las exclusivamente para as operações referentes às mercadorias, sendo vedado o seu uso para as prestações de serviços, a partir da data do início da obrigatoriedade de utilização da NFS-e.

**Art. 4º** Os prestadores de serviços, obrigados à emissão da NFS-e, deverão afixar nos seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa ou adesivo contendo a informação de que o prestador de serviço é obrigado a emitir a NFS-e, conforme modelo estabelecido em decreto do Executivo Municipal.

**Parágrafo único.** Os prestadores de serviços que deixarem de cumprir a obrigação prevista no *caput* deste artigo, ficam sujeitos à multa de R\$ 300,00 (trezentos reais).

**Art. 5º** O valor do ISS declarado à Fazenda Municipal pelo contribuinte, por meio da emissão da NFS-e e não pago ou pago a menor, caracteriza confissão de dívida e equivale à constituição de crédito tributário, dispensando-se, para esse efeito, qualquer outra providência por parte da administração tributária para a sua cobrança.

**Parágrafo único.** O imposto confessado e não pago, na forma do *caput* deste artigo, será inscrito na Dívida Ativa do Município, para fins de cobrança administrativa ou judicial, independentemente da realização de procedimento fiscal externo e sem prejuízo da revisão posterior do lançamento pela autoridade fiscal competente e da aplicação das penalidades legais cabíveis, se for o caso.

**Art. 6º** Fica instituída Declaração Mensal de Serviços – DMS-e, a ser escriturada na página eletrônica da NFS-e, por todas as pessoas jurídicas de direito privado e por todos os órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, de quaisquer dos poderes da União, Estados e Municípios, estabelecidos no Município de Antônio Almeida.

§ 1º As pessoas jurídicas, previstas no *caput* deste artigo, devem informar mensalmente à Fazenda Municipal, os dados relativos a todos os serviços tomados ou intermediados, em que haja incidência ou não de ISS, que sejam materializados em quaisquer documentos, autorizados ou não, pelas administrações tributárias competentes.

§ 2º Ficam dispensados de informar na DMS-e os serviços tomados ou intermediados, documentados por NFS-e emitida pelo sistema disponibilizado pelo Município de Antônio Almeida e outros que decreto municipal venha a dispor.

§ 3º O reconhecimento de imunidade, a concessão de isenção ou de qualquer benefício fiscal, assim como o estabelecimento de regime diferenciado para o pagamento do imposto não afasta a obrigatoriedade de cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 4º Para a escrituração da DMS-e, os tomadores ou intermediadores de serviços devem promover, previamente, o credenciamento na página eletrônica da NFS-e.

§ 5º A não escrituração da totalidade dos serviços tomados ou intermediados, bem como a sua escrituração com inexistências ou fora do prazo ensejará a aplicação de multa de R\$ 100,00 (cem reais) por cada mês em que for constatada a não escrituração, a inexistência ou a escrituração fora do prazo.

**Art. 7º** A escrituração do valor de ISS retido na fonte, incidente sobre os serviços tomados ou intermediados, não pago ou pago a menor, caracteriza confissão de dívida, nos termos do *caput* e do parágrafo único do art. 5º desta Lei.

**Parágrafo único.** Para os efeitos do disposto no *caput* deste artigo, o crédito considera-se constituído na data da efetivação da escrituração ou do vencimento do crédito confessado, o que ocorrer por último.

**Art. 8º** O Executivo Municipal, no interesse da política de tributação, arrecadação e fiscalização, poderá conceder incentivos em favor dos tomadores de serviços que receberem NFS-e de prestadores de serviços estabelecidos no Município de Antônio Almeida.

**Parágrafo único.** A concessão de incentivos será disciplinada em regulamento e poderá ser suspensa a qualquer tempo por ato do Executivo Municipal.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Almeida – PI, 15 de maio de 2023

  
**MARCELO TOLEDO LAURINI**  
 Prefeito Municipal

(Continua na próxima página)



**Prefeitura Municipal de**  
**ANTÔNIO ALMEIDA**  
CNPJ Nº 06.554.018/00001-11  
Praça Agostinho Varão, 57 - centro

**GABINETE DO PREFEITO**

Projeto de Lei nº 001/2023, de 01 de março de 2023, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que "INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-E, A DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS – DMS-E" e dá outras providências.

Referido Projeto de Lei obteve aprovação em 1º e 2º turno por unanimidade dos vereadores, em **SESSÕES ORDINÁRIAS**, realizadas nos dias 28/04/2023 e do dia 05/05/2023, respectivamente, conforme ofício nº 051/2023 de 09 de maio de 2023, da referida Câmara Municipal.

**DESPACHO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:**

**SANCIONO** a presente **LEI** de iniciativa deste **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, que "INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-E, A DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS – DMS-E" e dá outras providências, aprovada pela Câmara de Vereadores de Antônio Almeida, em **SESSÕES ORDINÁRIAS**, em 1º e 2º turno por unanimidade dos vereadores, realizadas nos dias 28/04/2023 e no dia 05/05/2023, respectivamente, conforme ofício nº 051/2023 de 09 de maio de 2023, da referida Câmara Municipal.

Gabinete do Prefeito municipal de Antônio Almeida (PI), em 15 de maio de 2023.

**MARCELO TOLEDO LAURINI**  
Prefeito Municipal

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei, sob o número de ordem 343/2023 (três, quatro, três, barra, dois, zero, dois, três), aos 15 dias do mês de maio de 2023.

**MARCELO LEAL COSTA**  
Chefe de Gabinete do Prefeito



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER LEGISLATIVO

**Câmara Municipal de Antônio Almeida**

Ofício nº 051/2023

Antônio Almeida, 09 de maio de 2023.

PRE. ANTONIO ALMEIDA  
PROTOCOLO  
Em 09/05/2023  
Ass.: Marcelo L. B. (Pessoa Fís.)

COMUNICO Vossa Excelência, que foi aprovado em Sessões Ordinárias do dia 28/04/2023, e 05/05/2023, por unanimidade dos vereadores, respectivamente, em primeiro e segundo turnos, o Projeto de Lei nº 001/2023, que "Institui a Nota Fiscal, de Serviços Eletrônica – NFS-E, a Declaração Mensal de Serviços – DMS-E, e dá outras providências, nos termos que especifica".

Sem mais para o momento, reitero protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

**Fábio César Martins Oliveira**  
Presidente da Câmara

Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Antonio Almeida-PI.  
**Marcelo Toledo Laurini**  
Praça Agostinho Varão, 57 – Centro.  
64.855-000 Antônio Almeida – PI.

Praça Agostinho Varão, 176-Centro • Fone/Fax (0\*\*89) 3543-1208 • CEP: 64.855-000 • CNPJ: 04.086.423/0001-27

**Id:1518F2971870947C**



**PREFEITURA DE**  
**ANTÔNIO ALMEIDA**  
VALORIZANDO NOSSA GENTE

**GABINETE DO PREFEITO**

**PREFEITURA**  
CÂMARA DE VEREADORES  
Antônio Almeida-PI  
Recebido em 15/05/2023  
Ass.: Marcelo L. B.

Ofício. nº 053/2023.

Antônio Almeida – PI, 15 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor  
Vereador **FABIO CESAR MARTINS OLIVEIRA**  
DD Presidente da Câmara Municipal de Antônio Almeida  
Antônio Almeida - PI

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao que dispõe o § 2º, do Art. 129, Capítulo VII do Regimento Interno dessa Câmara Municipal de Vereadores, encaminho-lhe, anexo, texto da **LEI MUNICIPAL Nº 344/2023**, de 15 de maio de 2023, de iniciativa do Poder Executivo, aprovada por essa Casa Legislativa em 1º e 2º turno por unanimidade dos vereadores, em **SESSÕES ORDINÁRIAS**, realizadas nos dias 28/04/2023 e 05/05/2023, respectivamente, conforme ofício nº 052/2023 de 09 de maio de 2023, e por mim sancionada, que "**DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS PAGOS PELO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE ANTONIO ALMEIDA QUE POSSUEM DIREITO AO REAJUSTE NA MESMA DATA E ÍNDICES APLICADOS AO RGPS**" e dá outras providências.

Atenciosamente,

**MARCELO TOLEDO LAURINI**  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de**  
**ANTÔNIO ALMEIDA**  
CNPJ Nº 06.554.018/00001-11  
Praça Agostinho Varão, 57 - centro

**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI MUNICIPAL Nº 344/2023**, de 15 de maio de 2023.

*Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Fundo Previdenciário do Município de Antonio Almeida que possuem direito ao reajuste na mesma data e índices aplicados ao RGPS.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANTONIO ALMEIDA - PI**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os benefícios pagos pelo Fundo Previdenciário do Município de Antonio Almeida, que possuem direito ao reajuste na mesma data e índices aplicados ao RGPS, serão anualmente reajustados, com base nos índices oficiais definidos em instrumento normativo publicado pelo Ministério correspondente.

§ 1º. O reajuste a que se refere o caput, respeitará as regras, prazos, índices e demais normas aplicáveis constantes no instrumento que reajusta os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. Fica expressamente vedada a aplicação dos índices de reajuste de que trata esta Lei aos servidores inativos e aos pensionistas que possuem o direito de revisão na forma da Paridade.

Art. 3º. Fica o RPPS autorizado a reajustar automaticamente, nos termos desta lei, sem a necessidade de formalização em instrumento legal municipal anual, bastando apenas a publicação da norma que reajusta os benefícios do RGPS.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação retroagindo, entretanto, seus efeitos a 01 de janeiro de 2023

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Antônio Almeida – PI, 15 de maio de 2023

**MARCELO TOLEDO LAURINI**  
Prefeito Municipal

(Continua na próxima página)